



Recebido em 24/03/2025
Aceito em 24/03/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v24i45.57630

EDITORIAL

Bruna Santana de Sá Ferreira

Doutoranda em História Social pela Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0009-0000-4327-5088>

Maria Júlia Guimarães Salgado

Mestranda em História Cultural pela Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0009-0002-1943-459X>

Antes de pensarmos em história, e antes de a
rememorarmos, já somos história.

(Rüsen, Jörn, 1996, p. 100)

Tecemos histórias. Como que costura, unimos fragmentos do passado, alinhamos memórias dispersas e bordamos sentidos no tecido do tempo. Na qualidade de historiadores/as, escrevemos como artesãos/ãs que manipulam fios narrativos, refazem tramas desfeitas e revelam padrões ocultos sob o manto do presente. Neste número 45 da Revista Em Tempo de Histórias, o acaso das pesquisas revelou um fio condutor inesperado: a violência. A coincidência temática que atravessa sete dos nove artigos não é apenas um reflexo do interesse da pesquisa histórica, mas também espelho das urgências do presente. Em um país onde as violências contra mulheres e pessoas negras não são fortuitas, mas efeitos colaterais de um sistema patriarcal e racista, os debates aqui reunidos revelam como as cicatrizes do nosso passado escravocrata seguem imprimindo suas marcas no agora.

Seja na escravidão e seus desdobramentos, nos dispositivos de controle sobre os corpos femininos ou na racialização das punições e exclusões, cada artigo desta edição reflete sobre a violência não como um evento isolado, mas como uma estrutura que atravessa o tempo, perpetuando-se e reinventando-se nas relações sociais.

A história nos ensina que a violência não desaparece, apenas muda de forma, adapta-se às novas conjunturas e se infiltra nas práticas cotidianas e

institucionais. Mas, da mesma forma que a violência se reinventa, a resistência também. Os artigos aqui reunidos evidenciam que, mesmo diante da opressão, os/as sujeitos/as históricos/as não se limitaram a sofrer. Pelo contrário, forjaram — e seguem forjando — estratégias de enfrentamento, criando redes de apoio e reafirmando sua humanidade na luta por direitos, dignidade e sobrevivência.

Diante da versatilidade e da amplitude temática que atravessam os artigos reunidos, optamos por organizá-los em três blocos que, embora distintos, dialogam entre si em suas inquietações teóricas e políticas. O primeiro bloco se dedica às trajetórias do Movimento Negro e à luta incessante por reconhecimento, justiça e direitos sociais e políticos. O segundo volta-se à categoria de gênero, entendida como um dispositivo de poder que produz e encarna violências, mas também corpos e subjetividades dissidentes que resistem. Já o terceiro bloco, de caráter multifacetado, destaca-se pelas notas de pesquisas com abordagens metodológicas e fontes variadas, como legislações, imprensa e numismática, evidenciando a riqueza e complexidade das formas de se produzir conhecimento histórico, bem como a busca pela compreensão da sociedade e das representações referentes a ela a partir de diferentes objetos de pesquisa.

Abrimos o número 45 com o artigo “Cruzando a fronteira: política negra entre Movimento Social e Estado”, da doutoranda Camila Santos do Nascimento. Nele, a pesquisadora analisa a complexa relação estabelecida entre o Movimento Negro e o Estado brasileiro, destacando como entidades e militantes negros se articularam com partidos políticos e agentes estatais para inserir suas demandas na agenda pública e responsabilizar o governo pela superação das desigualdades raciais.

Em “Movimentos sociais nas favelas do Rio de Janeiro (1940-1965)”, a doutoranda Emmanuelle Torres Costa investiga as mobilizações nessas comunidades entre as décadas de 1940 e 1960, período marcado por políticas de desapropriação que ameaçavam suas existências. A pesquisa reconstrói a trajetória dessas lutas, destacando a diversidade de estratégias adotadas pelos/as moradores/as da favela na reivindicação do direito à moradia e à cidade. Ao desafiar a narrativa hegemônica que os/as retrata como passivos/as ou marginais, a pesquisa reafirma o papel ativo dos/as moradores/as das favelas na construção da história urbana do Rio de Janeiro, demonstrando que resistência e organização sempre foram elementos centrais de suas experiências.

O segundo bloco tem como ponto de partida o artigo da mestrandia Larissa de Almeida Corrêa, “Diálogos entre as concepções de autodefesa de Elsa Dorlin

e ‘A sedução e as artimanhas do poder’ (2022), de Saidiya Hartman: violência necessária à constituição da subjetividade das escravizadas”. Nele, a autora examina a violência enquanto categoria legítima de autodefesa para mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos do século XIX. O cerne da pesquisa se dá a partir das teorias de Elsa Dorlin e Saidiya Hartman, no qual Corrêa reflete sobre a “lógica de inversão da culpabilidade que contribuiu para a perpetuação hegemônica branca inscrita nos códigos normativos” (Corrêa, 2025), negando sistematicamente a violência sexual contra essas mulheres. Ao tensionar casos judiciais para justificar sua análise, Corrêa tem como objetivo propor “uma forma diferente de contar a história, voltada a outros mundos possíveis e a outras formas de habitar o outro” (Corrêa, 2025).

Seguindo a linha do feminino e a violência, o artigo “As mulheres negras escravizadas e o mundo do trabalho na Belle Époque belenense (1870-1888)”, da mestranda Cassia Cristina Aleixo de Moraes, analisa as mulheres negras e a suas relações com o mundo do trabalho no contexto de resistência pelo fim da escravidão, apresentando a vivência e a exploração. Para a autora, as mulheres negras permaneceram sob a estrutura do mundo do trabalho servil mesmo diante de leis, como a Lei do Ventre Livre, que desmantelaram o tráfico interno. No entanto, essas personagens históricas construíram espaço de luta na busca por maior liberdade e autonomia.

O objetivo de Moraes é “evidenciar a centralidade das mulheres escravizadas na economia da província e nos projetos de emancipação gradual” (Moraes, 2025). O estudo mostrou que o controle sobre o corpo feminino não dizia respeito apenas a força de trabalho, mas também a reprodução, que perpetuava o sistema escravista a partir do nascimento de escravizados/as.

O controle dos corpos feminino não é uma realidade superada, e suas continuidades são perceptíveis na atualidade. A mestranda Alice Batista Guimarães, no artigo “ ‘Energia feminina’ ou discurso de submissão?: as visões sobre a mulher, os usos do passado e o conservadorismo no *Instagram*”, busca compreender os discursos e as representações femininas a partir da rede social *Instagram*, sobretudo atrelados à onda conservadora e à busca pela “verdadeira feminilidade”. De acordo com a autora, os discursos disseminados nas redes sociais, produzidos sobretudo por mulheres brancas de classe média, são uma “resposta a uma contemporaneidade que questiona as representações tradicionais e as construções de gênero” (Guimarães, 2025).

O controle social pode-se ser entendido a partir de mecanismos materiais

e simbólicos que exercem autoridade sobre o indivíduo. A partir do entendimento de controle social, as punições surgem como forma de estabelecer esse controle. O artigo “Instituições prisionais no início do século XX no Rio Grande do Sul”, de Tamara Juriatti, investiga as instituições prisionais gaúchas por meio do contexto nacional do Código Penal de 1890 e a discussão de criminalistas sobre modelos prisionais. De acordo com Juriatti, as instituições prisionais são reflexo das transformações sociais e políticas no tempo histórico, uma vez que é, a partir delas, que o Estado lida com a criminalidade e a punição.

O fio condutor da violência, podendo ou não ser simbólico, que perpassa a realidade de raça e gênero, nos ajuda a compreender o controle advindo tanto do Estado quanto da estrutura social formada historicamente. A produção historiográfica e a diversidade de temas e metodologias conduzem as representações e mentalidades do sujeito no tempo e no espaço que estão inseridos.

Na esteira desta proposta, a nota de pesquisa de Lucas Victor Quaresma Barbosa, “Quilombos Maranhenses na luta por territórios: territorialização étnica, conflitos agrários e o Movimento Quilombola do Maranhão”, destaca que a identidade quilombola é forjada na luta e resistência. O autor analisa as reivindicações dos quilombolas maranhenses pelo reconhecimento de seus territórios, diferenciando-os dos camponeses a partir do conceito de territorialização étnica e das categorias de Projetos de Intrusão e Pilhagem, evidenciando os desafios enfrentados por essas comunidades diante das disputas fundiárias e da histórica negação de seus direitos.

A partir dos conceitos de representação e mentalidade, a segunda nota de pesquisa: “Entre o mote e a glosa: os ‘anônimos’ da ‘Marmota na Corte’”, de Igor dos Santos Machado, busca entender os costumes e práticas características dos anos de 1849 a 1852 a partir das glosas contidas no jornal carioca “Marmota da Corte”. O autor afirma que os redatores das revistas incentivaram os assinantes a enviarem poesias com base em um “mote”, um assunto específico proposto pela própria revista. A “Marmota da Corte” se tornou um espaço de pluralidade, uma vez que abriu espaço para que os assinantes enviassem suas publicações e permitiu a participação de grupos sociais silenciados no contexto do Segundo Reinado, como os negros e as mulheres, entre eles Teixeira e Sousa, Machado de Assis e Beatriz Francisca de Assis Brandão.

Encerrando o número, a nota de pesquisa “Moedas Bretãs na Idade do Ferro: a Influência de Filipe II da Macedônia na Construção da Cinhagem Celta”,

da graduanda Ana Bustamante Ayala, busca compreender a sociedade e a cultura material celta durante a Idade do Ferro bretã tendo como ponto de partida o estudo das moedas, a numismática. O trabalho argumenta que as técnicas e símbolos das moedas celtas sofreram influência das moedas de Filipe II da Macedônia, portanto há interações culturais e artísticas entre essas sociedades. Além disso, esses meios de trocas não se reduzem a isso, mas revelam as estruturas e identidades culturais.

O editorial do número 45 compreende a violência como uma realidade a ser refletida e combatida, a partir do estudo das estruturas e mentalidades que a formam. A Revista Em Tempos de História traz esse debate para o campo acadêmico a partir de pesquisas e artigos produzidos em diversas universidades nacionais buscando a pluralidade de ideias e metodologias, além da compreensão de que representações são fundamentais para o estudo do tempo e do espaço. Esperamos, portanto, que os artigos aqui reunidos contribuam para ampliar os debates e fortalecer a perspectiva crítica, feminista e antirracista — capaz de orientar, com rigor e sensibilidade, o nosso compromisso ético, acadêmico e social.

Referência:

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. **Textos de História**: v. 4, n° 1 (1996). p. 100.